

Catarina Sarmento e Castro

Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

Intervenção da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião da Conferência “Literatura da Guerra Colonial e a Guerra Colonial na Literatura”

ADFA, Lisboa, 21 de novembro de 2019

Não sendo esta a primeira vez que estou na Associação de Deficientes das Forças Armadas, desde que tomei posse, há escassas 3 semanas, esta é a primeira oportunidade que tenho de estar presente numa cerimónia pública desta Associação, e é com grato prazer que me associo a esta iniciativa.

A recuperação da memória histórica do nosso país é um dever de todas as gerações. Revisitar a nossa memória da Guerra Colonial permite-nos desenvolver relatos mais inclusivos, mais reconciliadores. Permite-nos cimentar quem somos como povo. É, por isso, com muito interesse que vejo este diálogo entre literatura, história e ação política coletiva. Parabéns à ADFA pela iniciativa e o nosso obrigado a todos os participantes.

A presença dos poetas, hoje, aqui, mas sobretudo a presença constante das suas palavras, heterogéneas, inscritas no presente, hajam elas sido gravadas em forma de publicação, hoje consagrada, ou em edição de autor, guardadas na gaveta ou no peito, sejam poemas contemporâneos da guerra ou de revisitação, são um contributo imprescindível à compreensão e construção da nossa história coletiva.

Perdoar-me-ão se destacar entre muitos, o nosso querido Manuel Alegre (Nas palavras do poeta “Eu venho incomodar. Trago palavras como bofetadas e é inútil mandarem-me calar porque a minha canção não fica no papel. Eu venho tocar os sinos, planto espadas e transformo destinos!”), cuja presença nos é particularmente grata - e que com Fernando Assis Pacheco (“Dizem que a guerra passa: esta minha passou-me para os ossos e não sai! Passarão anos, nascerão filhos, muito antes que eu esqueça!”), José Bação Leal (autor que explicava que “As poesias nascem dum silêncio ou duma conversa que temos a sós com uma dúvida ou uma madrugada”), entre outros, primeiramente nos denunciou, em voz poética, essa guerra silenciada, e uma outra realidade para lá dos silêncios.

Mas apraz-me igualmente sublinhar, nesta iniciativa, a presença dos estudiosos, como o Coronel Aniceto Afonso e a Professora Margarida Calafete Ribeiro, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que lidera um ambicioso projeto financiado pelo *European Research Council*, sobre as questões da memória colonial portuguesa. Tal destaque de modo algum faz olvidar que todos – e naturalmente os poetas, do mais consagrado ao ainda desconhecido, e os estudiosos – todos somos importantes para garantir a necessária vitalidade e

dinamismo na construção de uma sociedade mais democrática e mais inclusiva. E a poesia tem nesse desígnio assumido uma parte muito importante.

Caro Sr. Presidente da Direção Nacional da ADFA, e em seu nome, dirijo-me a todos os associados desta associação que tão bem simboliza o que é uma sociedade aberta e plural, uma associação a que ninguém consegue ficar indiferente, e que construiu uma importante rede solidária:

Quero agradecer-vos este convite que me permite uma nova interação com a associação que representam. Mas quero, igualmente, agradecer-vos pela colaboração franca que iniciámos há alguns dias no nosso primeiro encontro.

Aceitei estas funções profundamente ciente da urgência da tarefa que temos pela frente, no Ministério da Defesa Nacional, mas, mais do que isso, a tarefa que temos pela frente enquanto país na dignificação da condição dos nossos militares deficientados.

Sei que anseiam que o Ministério que represento avance com propostas concretas para melhorar as condições dos nossos militares, antigos e atuais.

Posso dizer-lhes que só aceitaria este cargo se fosse para colocar tudo de mim. O meu compromisso, como já tive oportunidade de transmitir numa reunião de trabalho, é o de promover ativamente a luta por condições dignas e justas. Podem contar comigo e, já sabem, mas nunca é demais enfatizar, podem contar com o Senhor Ministro da Defesa Nacional.

O nosso compromisso é de cumprir diligentemente o nosso dever de homenagem constante a todos os homens e mulheres que constituem a família militar. Esta é também, aliás, a principal reivindicação da ADFA e a sua razão primeira de existir, como bem me foi transmitido há alguns dias.

Mas, também como esta Associação, entendemos que o reconhecimento não se pode limitar a palavras e atos simbólicos – importantes mas insuficientes – e por isso o compromisso do Governo é de desenvolver as soluções que estavam já identificadas da anterior legislatura e de colocar todo o empenho político para

que se criem os consensos necessários, e ainda insuficientes na nossa sociedade, que permitam avanços noutras matérias mais difíceis.

Estamos atentos às reivindicações da ADFA no que toca aos relevantes enquadramentos jurídicos para que se corrijam situações de injustiça relativas aos Deficientes das Forças Armadas. Iremos explorar todas as opções à nossa disposição.

Estamos, também, atentos à situação dos cuidadores e das famílias que são o apoio dos nossos militares, quer daqueles que lutaram na Guerra Colonial, quer daqueles que hoje continuam a sacrificar-se em nome de Portugal. A sociedade portuguesa mostra progressos importantes nesta matéria, nomeadamente com a aprovação do Estatuto do Cuidador Informal, na última legislatura, que aliás o Sr. Presidente da República muito apoiou, e será importante ver as possibilidades que daí decorrem também para estas famílias.

Minhas senhoras e meus senhores,

A memória que perdurará do período atual também se encarregará de revisitar a nossa ação enquanto governantes e enquanto sociedade. Gostaríamos que dissessem que tudo se fez para dignificar quem, no passado e no presente, aceita o desafio de se sacrificar por Portugal, sem nunca esquecer que, nesse passado, uma recusa implicava pesadas consequências.

Queremos ser parceiros na identificação de soluções e, convosco, defender os nossos ex-combatentes e deficientes das Forças Armadas. Sem demagogia, sem aproveitamento político, sempre na ótica da valorização da nossa democracia e da nossa sociedade.

Contamos com todos neste caminho e estou certa de que continuaremos um diálogo franco, empenhado e comprometido nos meses que se seguem.

Desejo-vos um dia de trabalho do maior interesse, sem, no entanto, esquecer as palavras de José Mário Branco: “1, 2 e 3 era uma vez um soldadinho; 1, 2 e 3 de que é feito o soldadinho; O soldadinho não nasceu para fazer mal”.

Muito obrigada.